

Apresentação

Ela falou, Dona Celie, é melhor você falar baixo. Deus pode escutar você. Deixa ele escutar, eu falei. Se ele escutasse alguma vez uma pobre mulher negra o mundo seria um lugar bem diferente, eu posso garantir.

Alice Walker ¹

A dissertação tem como objetivo apresentar e comparar as trajetórias e pensamento de Angela Yvonne Davis (Alabama/Eua, 1944) e Lélia Almeida Gonzalez (Minas Gerais/Brasil, 1935 - Rio de Janeiro/Brasil, 1994) duas intelectuais e militantes dos movimentos negros nos EUA e no Brasil, que tiveram uma grande importância em suas respectivas épocas pelas ações e reflexões desenvolvidas. A pesquisa articula as histórias de vida e as idéias, a partir da comparação de aspectos das trajetórias e dos pensamentos (temário de debates/assuntos, categorias, reflexões e abordagens) das duas autoras. O intuito é compreender as respectivas contribuições dessas mulheres e de suas obras para a luta contra o racismo e sexismo de seus países. Para isso, estaremos abordando as suas principais formulações levando em conta as diferenças e semelhanças entre as políticas raciais do Brasil e dos Estados Unidos, países tidos como modelos antagônicos de estruturação de relações raciais na diáspora africana. E ainda, buscaremos compreender um aspecto pouco tratado nos estudos sobre a questão racial: a ação dos militantes e o seu papel na luta anti-racista.

Destaca-se nas atividades das pesquisadas a relação que mantiveram entre a militância política e as atividades acadêmicas. Uma relação tensa e ambígua entre dois campos que muitas vezes se apresentam como opostos, ou se pensam isolados. A tarefa de Angela e Lélia foi construir um conhecimento que fosse também parte da luta pela libertação, na perspectiva do trabalho intelectual como forma de ativismo.

A escolha de Angela e Lélia para a comparação foi resultado das proximidades que tiveram como intelectuais e militantes, bem como a importância equivalente que tiveram em seus movimentos negros, levando em conta as particularidades dos mesmos. Nesse sentido, é importante destacar o trabalho do

¹ WALKER, Alice. **A cor púrpura**. São Paul: Marco Zero, 1986, p. 214.

historiador com a comparação, na medida em que consistem num “(...) duplo movimento de reconhecimento e estranhamento”.² Assim sendo, trabalhamos com as intercessões e pontos de distanciamento, o que tornou possível a comparação, apesar da diversidade e dimensão dos respectivos contextos, das diferenças em alguns aspectos das trajetórias, das propostas e elaborações políticas e intelectuais de Angela e Lélia.

Nos utilizamos, para pensar a comparação do conceito de diáspora, tal como o define Luiza Bairros, ressaltando seu duplo significado:

Um constitui a nós negros como grupo em que dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo Mundo (...). O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro, estabelecido globalmente, nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas à nossa realidade mais imediata, mas também a de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado diretamente. Há elementos na nossa identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e classe social.³

Dessa forma, o caráter afro-diaspórico nos serve como elemento de compreensão sobre as experiências negras de forma global, sem desconsiderar as especificidades das duas sociedades em questão e as duas individualidades.

Pensando ainda na diáspora, esse conceito foi fundamental para a estruturação de toda a dissertação, assim sendo, seguimos as conceituações de Stuart Hall. O autor pensa o conceito a partir da sua própria experiência como jamaicano na Inglaterra.

Na situação de diáspora, as identidades se tornam múltiplas. Junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centrípetas: há a qualidade de “ser caribenho” (...) tornou-se “caribenha”, não no Caribe, mas em Londres (...) as re-identificações simbólicas com as culturas “africanas”.⁴

² SILVA, Denise Ferreira. Zumbi & Simpson, Farrakan & Pelé: as encruzilhadas do discurso racial. In: **Estudos Afro-asiáticos**, n.33, setembro, 1998, Rio de Janeiro: UCAM, p. 88.

³ BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: **Afro - Ásia**, n.º. 17, 1996, Salvador: EdUFBA, p. 173.

⁴ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 27.

A idéia de tornar-se negra é um ponto importante para as nossas reflexões e comparações, pois as autoras destacam em suas trajetórias o momento da tomada de consciência como mulher negra. Hall nos traz ainda a relação entre a experiência diaspórica, o engajamento político e a produção intelectual, o que unifica a experiência de afro-americanos e afro-brasileiros. Lembrando que a “referência hifenizada já marca o processo de diáspora”⁵, o *afro* nos coloca de imediato uma visão globalizante de indivíduos que estão em diversas partes do continente americano, mas que se ligam a África. Contudo é importante pontuar que o que definimos como África também é uma construção que engloba diferentes povos, tribos, culturas cujo traço unificador seria o tráfico de escravos que acompanhou a expansão européia na Época Moderna. Como afirma Hall “a África é o significante, a metáfora, para aquela dimensão da sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu permaneceu assim”⁶. Stuart nos lembra que o termo foi tomado de empréstimo da história moderna do povo judeu, e recorda ainda o fato do Holocausto ser um dos poucos elementos na história mundial comparáveis com a escravidão moderna. A relevância do conceito na pesquisa prende-se ao fato dele unificar as experiências de Angela e Lélia e outros afro-descendentes espalhados pela diáspora, que se debruçaram sobre os mesmos temas.

Uma outra discussão central na nossa pesquisa é o conceito de raça, é importante pontuarmos que trabalhamos com raça e não etnia por ter como base as questões colocadas pelas autoras, as quais, informadas pelos discursos dominantes em suas épocas, trabalharam com a categoria raça, não etnia.

Quando abordamos o termo raça, entretanto, estamos dando conta de um uma categoria socialmente construída com referências sociais, culturais e históricas, com base em diferenças físicas, ascendência genealógica e a cor da pele para hierarquizar a cultura, a história e os paradigmas filosóficos não-ocidentais. O mesmo foi usado para alocar ou excluir pessoas de posições na estrutura social. Giralda Seyferth complementa “Raça é um termo de múltiplos conteúdos, as taxonomias raciais têm

⁵ Ibid, p. 41

⁶ Ibid, p. 41

alto grau de arbítrio que servem de base para a construção de esquemas classificatórios”.⁷ Pensando especificamente na condição negra Cornel West cita:

(...) a negritude não tem sentido fora de um contexto marcado por pessoas e práticas preocupadas com diferenças raciais. Todas as pessoas de pele negra e fenótipo africano estão sujeitas a um potencial abuso hegemônico dos brancos.⁸

No projeto inicial de pesquisa havíamos apresentado os objetivos da pesquisa. Acreditamos ter alcançado os mesmos com a elaboração da dissertação. O trabalho colabora no desenvolvimento dos estudos históricos comparados sobre a política racial no Brasil e Estados Unidos e busca apresentar novos aspectos para o entendimento das relações raciais nos dois países. Enfatizamos a dimensão de gênero que tem sido, até então, pouco abordada de forma comparativa. Trata-se de apresentar duas contribuições importantes no desenvolvimento do pensamento político negro na diáspora africana, duas trajetórias intelectuais femininas, e contribuir para um maior conhecimento a respeito das biografias de Angela Davis e Lélia Gonzalez.

Na construção das biografias, utilizamos os relatos de Angela e Lélia a respeito de suas próprias trajetórias. O uso desse tipo de documentação nos trouxe a questão do papel da memória na elaboração das narrativas autobiográficas, nos colocando os problemas peculiares ao uso desse tipo de documentação. Os fatos escolhidos por Angela e Lélia visavam dar um sentido às suas vidas e à construção de uma biografia pública e exemplar como militantes e intelectuais, dessa forma justificando escolhas política, pessoais e intelectuais.

Algumas hipóteses orientaram a elaboração da pesquisa. A primeira consiste no pressuposto de que não se podem desassociar as experiências pessoais das pesquisadas, das escolhas temáticas presentes no conjunto das obras. Avalio o fato a partir da premissa de que as pesquisadas também viviam intensamente os efeitos das desigualdades raciais e de gênero nos seus países, que as expunham à situação de desvantagem vivida por outras mulheres negras.

⁷ SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico** /93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 175.

⁸ WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 42.

Minha segunda hipótese é a de como a formação diferenciada das relações raciais e as particularidades da construção da categoria raça, nos EUA e no Brasil, contribuíram para a estruturação diferenciada da luta anti-racista empreendida nos dois países. Daí se segue que um dos grandes paradoxos a respeito da opressão racial brasileira reside na sua durabilidade apesar de ter ocorrido de forma não institucional, diferentemente do que aconteceu, por exemplo, na África do Sul e nos EUA. Nestes dois últimos países coube mais ao aparato legal e não a informalidade da sociedade civil, excluir negros/as dos seus direitos fundamentais.⁹

Como já mencionado a pesquisa buscou estabelecer uma ligação entre o estudo comparado sobre Angela e Lélia com a questão da formação e o papel da intelectualidade negra na diáspora africana. Acrescenta-se ainda, o entendimento de que o trabalho intelectual também deve ser reconhecido como uma forma de ativismo. Por outro lado, essa adjetivação – intelectualidade negra – tem o papel de marcar um posicionamento político frente à exclusão dos afro-descendentes das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa, em particular no Brasil. Ao adjetivar o termo intelectualidade, pretendo dar conta do engajamento político daqueles (as) que assim se identificam na luta anti-racista contemporânea.

Desde o final do século XIX, esses intelectuais negros buscaram refletir e pensar politicamente estratégias de combate ao racismo.

A formação de uma intelectualidade negra nos EUA e no Brasil ocorreu, entretanto, de forma bastante diferenciada. No primeiro, o processo iniciou-se desde o final do século XIX com a atuação pioneira de W.E.B. Du Bois, a partir da publicação de sua tese de doutorado em Havard¹⁰, *The Supression of the African Slave- Trade to the United States of América 1638-1870* em 1896.

Além do pioneirismo de Du Bois, é preciso lembrar do movimento *Harlem Renaissance* dos anos de 1920 que permitiu o surgimento e fortificação de uma série de artistas e pensadores, como os escritores Richad Wrigth e Zora Neale Hurston,

⁹ Conferir BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: *Afro - Ásia*, n.º 17, 1996, Salvador: UFBA, p. 180.

¹⁰ Foi o primeiro negro a obter o título de doutor na citada universidade, como mencionado por Heloisa Toller Gomes na introdução de DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 1999.

entre outros. Esse movimento permitiu aos afro-americanos se repensarem como uma comunidade e, principalmente, construírem um discurso a respeito de si mesmos.

No Brasil, os pesquisadores consideram a surgimento da Imprensa Negra em São Paulo como o início da tentativa de criação de uma esfera pública negra. Esta permitiu que afro-brasileiros apresentassem as suas inquietações, problemas e dilemas. A partir de uma série de jornais publicados como *Kosmos*, *O Clarim da Alvorada*, *O Menelik* e *A Voz da Raça*, no período dos anos 1910 a 1940, pode-se constatar que esse movimento foi regional e desenvolveu-se apenas no Estado de São Paulo¹¹.

O que esses intelectuais trouxeram de diferentes contextos foi a necessidade da formação de um “pensamento político negro”. Definido aqui como, a reelaboração da representação do negro/a, a construção de um discurso próprio sobre a sua condição racializada numa perspectiva multidisciplinar, ou seja, do ponto de vista político, social, cultural e estético e a relação desses universos com o restante da sociedade não-negra.

Aproveito para destacar alguns aspectos das relações raciais no Brasil e nos EUA. Afirmando desde logo que não considero que seja melhor ou pior o racismo existente no Brasil ou nos Estados Unidos. Avalio que os dois países criaram sistemas que permitiram a manutenção da desigualdade, tanto no período escravista, como posteriormente. Ressalto o fato das relações raciais não terem permanecido estáticas nas duas sociedades. Em cada qual elas se desenvolveram de um modo diferente ao longo do tempo, configurando, assim, formas distintas de desigualdades para os descendentes de africanos, como ocorreu também em outras ex-sociedades escravistas. Nas diferenças entre Brasil e EUA, as heranças culturais e históricas acrescidas das diferenças econômicas e sociais possuem grande relevância. Porém, isso não invalida os pontos de semelhanças, na medida em que, as duas sociedades possuíram uma experiência colonial e escravista. O desfecho da escravidão nas duas sociedades, ajuda-nos a entender as soluções adotadas pelos respectivos governos na resolução dos problemas dos descendentes de africanos. Estou atenta para as

¹¹ A historiografia tradicional brasileira não se preocupou em buscar e pesquisar as trajetórias de intelectuais negros do século XIX, pois os estudos recentes mostram a existência dos mesmos.

interações e convergências pois, numa perspectiva comparatista entre as duas realidades cabe “(...) evitar o caminho atraente das dicotomias precisas e focalizar exatamente nas franjas, ou seja, às margens, nas zonas nebulosas, onde as diferenças podem nos revelar a sua origem comum e nos cruzamentos, os pontos onde caminhos opostos se encontram (ou se originam)”.¹²

Como lembra a socióloga Angela R. Paiva, “(...) a maneira como os dois países eliminaram o sistema escravocrata é certamente reveladora da marca que foi impressa nas relações raciais que foram construídas a partir de então”.¹³ Nos EUA, a escravidão existiu paralelamente à nova República durante aproximadamente um século. Para o historiador Marco A. Pamplona, “(...) as três cláusulas especiais da Constituição Americana revelam claramente, [que] a escravidão era não apenas admitida, mas nutrida com zelo no período anterior à guerra civil”.¹⁴ Porém ao término do conflito, a ordem social estava modificada. Enquanto isso no Brasil, a República não coexistiu com a escravidão, porém ao término da escravidão, a ordem anterior permaneceu inalterada sob muitos aspectos e os afro-brasileiros excluídos da cidadania. Esse processo é caracterizado por Pamplona a partir da definição de Gramsci do *transformismo*¹⁵, ou seja, quando a ordem hierárquica e conservadora do país se mantém intacta exatamente pela maneira como certas transformações foram implementadas.

A organização desse trabalho seguiu a ordem cronológica da vida das pesquisadas. Nesse sentido, o primeiro capítulo é sobre Lélia Gonzalez, apresentando sua trajetória inserida no contexto de retomada dos movimentos sociais no Brasil. Além disso, apresentação das suas idéias com destaque para o conceito formulado por ela da *amefricanidade*.

No segundo capítulo, uma análise da trajetória de Angela Davis, com destaque para os acontecimentos de sua vida que a projetaram com força naquele contexto. Em

¹² SILVA, Denise Ferreira. Zumbi & Simpson, Farrakan & Pelé: as encruzilhadas do discurso racial. In: **Estudos Afro-asiáticos**, n.33, setembro, 1998, Rio de Janeiro: UCAM, p. 96.

¹³ PAIVA, Angela R. Relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos: perdas e ganhos na construção da cidadania. In: FONSECA, Denise P. Rosalem (org.). **Resistência e inclusão: história, cultura e cidadania afro-descendentes**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Consulado Geral dos EUA, 2003, p. 139.

¹⁴ PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003, pp. 13-14.

¹⁵ Ibid. p. 9.

relação ao seu pensamento, destacamos o seu primeiro texto sobre as mulheres negras elaborado em 1971 que teve uma forte significação naquele contexto, como parte do início dos estudos sobre as mulheres afro-americanas.

No terceiro capítulo, está uma análise comparada a respeito das trajetórias de Angela e Lélia, e também de suas idéias, com ênfase na problematização a respeito das experiências das mulheres negras na escravidão, dessa forma desconstruindo visões preconceituosas arraigadas presentes tanto em discussões intelectuais como no senso comum. Nessa parte também podemos observar as especificidades das autoras e as novas contribuições que trouxeram para o feminismo negro

No quarto capítulo apresentamos algumas reflexões finais, a partir da retomada do objeto e das questões iniciais da pesquisa. Por fim, reunimos todas as fontes trabalhadas e a bibliografia consultada.

Não poderia deixar de mencionar, a consciência do lugar de quem desenvolve a pesquisa e produz o conhecimento, ou seja, a identificação que tenho como mulher negra, ao levar em conta a importância das trajetórias individuais para o desenvolvimento do que se nomeia como o “feminismo negro”. É necessário mencionar que essa pesquisa nasceu da busca por referências femininas no desenvolvimento do pensamento político negro. Essas relações de proximidade, não impediram as avaliações críticas e a abordagem problematizada sobre os limites e as ambigüidades presentes em Angela e Lélia, o que será abordado a seguir.